

*A Secretaria da Segurança Pública acompanha permanentemente todos os indicadores relacionados às mortes decorrentes de intervenção policial e analisa o contexto de cada ocorrência e a legalidade da atuação policial.*

*A pasta ressalta que mortes decorrentes de intervenção policial não guardam relação com mudanças de comando, uma vez que a atuação da Polícia Militar segue protocolos institucionais padronizados em todo o estado. Esses casos decorrem de situações de oposição à ação policial e são analisados individualmente.*

*Sobre os dados de Piracicaba, a SSP encaminhou ao Ministério Público, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, um estudo técnico sobre o cenário das ocorrências de oposição à intervenção policial, o recrudesimento da ação criminosa na região e as medidas adotadas pela Polícia Militar para análise das condutas dos agentes envolvidos, por meio da Comissão de Mitigação de Risco.*

*A SSP mantém os dados em transparência ativa e responde regularmente às solicitações dos órgãos de controle, informando as circunstâncias das ocorrências, as medidas de preservação da vida adotadas, os procedimentos instaurados e as comunicações às autoridades competentes.*

*Em relação às câmeras operacionais portáteis, a Polícia Militar concluiu a implantação das 15 mil câmeras previstas no acordo firmado perante o Supremo Tribunal Federal, conforme cronograma estabelecido.*

*Além disso, a PM mantém o Sistema de Supervisão e Padronização Operacional (SISUPA), responsável pela elaboração, revisão, treinamento e supervisão dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com foco na segurança, na padronização e na qualidade da atividade policial.*

*Sobre o caso específico mencionado na reportagem, a PM instaurou Inquérito Policial Militar e relatou ao Tribunal de Justiça Militar. A pasta informa que eventuais apurações relacionadas à atuação de policiais militares seguem os trâmites legais e administrativos cabíveis, com respeito ao devido processo legal e não comenta sobre processos em andamento.*